

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 18 de abril de 2023**

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Isménia Maria Gomes Loureiro e António Manuel da Cunha Martins. -----

Por determinação do senhor Presidente secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. –

A iniciar, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 5 (cinco) de abril à consideração dos senhores vereadores, tendo-lhes perguntado se havia algum reparo ou alteração a fazer à mesma, ao que foi respondido que não. Posta, então, esta ata a votação, foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Continuando, e antes da “Ordem do Dia”, o senhor Presidente deu conhecimento aos senhores vereadores das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou aos senhores vereadores permissão para incluir mais um ponto na ordem de trabalhos, inerente ao pedido formulado pela senhora Sara Isabel Marques Afonso, residente na Rua de Freitas, nº 776, Freguesia de Covide, pelo qual é proposta “a redução da faixa de gestão de combustível e da distância à estrema da propriedade, por deliberação municipal”. -----

Tendo este pedido sido aceite, foi inscrito com o número 5 (cinco) na Ordem de Trabalhos, transitando o número 5 (cinco) para número 6 (seis), dado tratar-se de um Voto de Pesar.

O senhor Presidente perguntou, depois, aos senhores vereadores, se pretendiam usar da palavra para comunicar ou pedir esclarecimentos sobre algum assunto. Foi respondido que não. -----

Ainda antes da “Ordem do Dia”, o senhor Presidente informou os senhores vereadores das atividades e iniciativas ocorridas e a decorrer no Município, tendo dito: -----

- Que se realizará no dia 23 (vinte e três) de abril a prova Ultra Geira Via Nova Romana, que é organizada pela Confraria Trotamontes e pelo Clube Orientação do Minho, contando com o apoio do Município de Terras de Bouro e do Município de Amares. Esta XIV Ultra Geira Via Nova Romana será constituída por 2 (duas) provas, a Ultra Geira na

distância de 50 (cinquenta) km e o Trail Geira Romana com a distância de 18 (dezoito) km. -----

A entrega de prémios decorrerá a 23 (vinte e três) de abril, pelas 15h00 (quinze horas), no Museu da Geira, Campo do Gerês, tendo o senhor Presidente convidado os senhores vereadores para estarem presentes nesta cerimónia. -----

- A abertura da época termal ocorrerá na Vila do Gerês de 28 (vinte e oito) de abril a 1 (um) de maio, estando já tudo tratado com a Concessionária (Empresa das Águas do Gerês). -----

Para esses dias há um programa bem preenchido, com atuação de grupos musicais, feira de artesanato e a presença da TVI que, em direto, transmitirá o “Somos Portugal”. -----

- O 49º (quadragésimo nono) aniversário do 25 (vinte e cinco) de abril será comemorado com uma Assembleia Municipal Extraordinária, a realizar nos Paços do Concelho, estando programado o início dessa Assembleia para as 10 (dez) horas. Para além das intervenções próprias da efeméride, haverá também a atuação da Escola de Música de Terras de Bouro, sob a direção do senhor Professor Luís Pinho. -----

- Nos dias 3 (três) e 4 (quatro) de maio haverá uma descentralização do Governo, com ações a serem desenvolvidas no Distrito de Braga. Esta descentralização, denominada Governo + Próximo, tem por finalidade auscultar os municípios sobre as diversas temáticas, dinâmicas e projetos a desenvolver em cada território. -----

A Câmara Municipal de Terras de Bouro respondeu ao mapa que lhe foi enviado, dando particular relevância à área do planeamento, designadamente Plano Diretor Municipal (PDM), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC), tendo proposto como evento principal uma visita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, com o objetivo de dar a conhecer a melhoria das condições de visitação, conservação e preservação dos Habitats Naturais. -----

O senhor Presidente referiu que ainda não há informação das pessoas que virão ao concelho, nem em que horários se vão desenvolver os encontros e as deslocações. -----

- Dirigido o Convite aos senhores vereadores para estarem presentes na 13ª (décima terceira) Comissão Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD), que se vai realizar em Terras de Bouro, no dia 24 (vinte e quatro) de abril, pelas 10:00h (dez horas). -----

Os senhores deputados serão recebidos na Câmara Municipal, dando-lhes eco das nossas dificuldades e das expectativas relativamente aos apoios que podem ser canalizados para as diversas áreas, com particular relevância através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

- O senhor Delmindo, do Lugar de Vergaço, freguesia de Cibões, irá dar aulas de concertina, dilatando, assim, as valências do ensino de música, na Escola de Música de Terras de Bouro. -----

- No dia 13 (treze) de abril realizou-se, nesta Câmara Municipal, a reunião do Conselho Intermunicipal da CIM Cávado. -----

- O senhor Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) informou que as obras que estão a ser executadas com comparticipação do Portugal 2020 poderão ser encerradas até ao dia 30 (trinta) de setembro, sendo que ainda não há informação oficial desta orientação. -----

- A Cerimónia do dia 14 (catorze) de abril, em que esteve presente o senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e Desenvolvimento do Território, Carlos Miguel, decorreu com muita elevação, tendo sido assinado o Contrato de Financiamento no valor de 38.065,44 € (trinta e oito mil sessenta e cinco Euros e quarenta e quatro cêntimos), para reabilitação da Capela de S. Brás, na freguesia de Moimenta. -----

Este apoio será gerido em conjunto com o senhor Pe. Fernando Bento, Pároco da freguesia de Moimenta, que já manifestou essa vontade e pediu a colaboração da Câmara para o acompanhamento técnico da obra. -----

- Através das juntas de freguesia e associações será desenvolvida a medida do Governo “Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas”, tendo em vista o apoio aos vigilantes do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), durante 15 (quinze) dias, no verão. -----

- Estão a decorrer as candidaturas para o Mercado Romano, a realizar no âmbito do evento Geira Romana, programado para os dias 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 28 (vinte e oito) de maio de 2023 (dois mil e vinte e três), na Vila de Terras de Bouro. -----

- No dia 28 (vinte e oito) de março decorreu, em Viana do Castelo, o encerramento das comemorações dos 25 (vinte e cinco) anos do Tribunal Arbitral de Consumo (CIAB), instituição que integra dezanove municípios dos distritos de Viana do Castelo e Braga, entre os quais está Terras de Bouro. -----

Nesta sessão esteve presente a senhora Vereadora Ana Genoveva, que integra o Conselho Técnico-Financeiro do CIAB. -----

- A Vila do Gerês e a Serra do Gerês voltaram a ganhar, na 6ª (sexta) Edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões 2023 (dois mil e vinte e três), o Galardão que distinguiu 100 (cem) ícones regionais e 116 (cento e dezasseis) marcas locais, de todo o País. -----

A Vila do Gerês foi galardoada na categoria de Aldeias e Vilas e a Serra do Gerês na categoria de Serras e Montanhas. -----

- No dia 12 (doze) de abril o Projeto “Bem Envelhecer” realizou uma atividade intergeracional no Centro Social de Sobreposta, em Braga, ação em que participaram cerca de trinta idosos de várias instituições do Concelho de Terras de Bouro. O Município prestou a colaboração que é habitual neste tipo de iniciativas. -----

- O Centro Municipal de Proteção Civil, recentemente inaugurado, recebeu, no dia 13 (treze) de abril, o Workshop “Igualdade e Conciliação nas Autarquias”, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) e apoiado pelo nosso Município. Este Workshop teve como principal finalidade debater a temática da igualdade e estratégias de conciliação nas autarquias. -----

Depois destas informações o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se queriam usar da palavra para acrescentar ou pedir algum esclarecimento sobre os assuntos expostos. Foi respondido que não. -----

Retomando a palavra, o senhor Presidente solicitou a presença, nesta reunião, do senhor Eng.º Nuno Antunes, do Gabinete Técnico Florestal, para prestar esclarecimentos sobre o ponto 5 (cinco) da Ordem de Trabalhos, relativo ao processo de pedido de redução da faixa de gestão de combustível de 50 (cinquenta) para 10 (dez) metros e da distância à estrema da propriedade de 50 (cinquenta) para 10 (dez) metros, requerido pela senhora Sara Isabel Marques Afonso, residente na rua de Freitas nº 776, Freguesia de Covide. --- Já presente, o senhor Eng.º Nuno Antunes tomou a palavra para informar que “este assunto já foi tratado numa reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Terras de Bouro, que ocorreu sob a presidência do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Adelino Cunha, no dia 17 (dezasete) de abril”. -----

Nessa reunião, disse o senhor Eng.º Nuno Antunes, este assunto “depois de analisado e discutido, foi aprovado por maioria, com a abstenção do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que fez uma declaração de voto em que refere que “o ICNF abstém-se, fundamentando que a matéria em causa, nomeadamente na proteção contra incêndios rurais (licenciamento de edificações), não se inscreve no âmbito das suas atribuições e competências, que coordena no novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) a gestão de fogo rural, pelo que não se encontra tecnicamente habilitado para a avaliação do processo em causa”. -----

Continuando, o senhor Eng.º Nuno Antunes referiu que “enquadrado no ponto 3 do artigo 61º do Decreto-Lei 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, a munícipe Sara Isabel Marques Afonso solicita ao Município a redução da faixa de combustível de 50 metros para 10 metros. Segundo o mesmo diploma, pode o Município, em função da análise de risco subscrita por técnico com qualificação de nível 6 (seis) ou superior em proteção civil ou ciências conexas, reduzir até um mínimo de 10 m a largura da faixa prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1, desde que verificadas as restantes condições previstas no mesmo número e obtido parecer favorável da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais. Deverão, ainda, estes condicionalismos ser inscritos no alvará que titula a operação urbanística, nos termos da alínea h) do n.º 4 do artigo 77.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual. -----

Nessa conformidade e mediante a apresentação dos supramencionados documentos, o solicitado tem enquadramento jurídico”. -----

Depois destes esclarecimentos, o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se pretendiam usar da palavra para solicitar mais alguma informação. Foi respondido que não. -----

Retomando a palavra, o senhor Presidente agradeceu os esclarecimentos do senhor Eng.º Nuno Antunes e acrescentou que o local para onde é feito o pedido (junto ao Centro Interpretativo do Garrano) já tem “boca de incêndio”, pelo que fica tudo mais assegurado.

Continuando, o senhor Presidente pediu, também, a presença do senhor Eng.º Jerónimo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente e da senhora Dr.ª Fernanda Simões, do Gabinete de Apoio Jurídico, para prestarem informações inerentes ao ponto número 1 (um) da Ordem de Trabalhos “Minuta de Contrato de Planeamento do Plano de Pormenor do Parque Urbano da Vila do Gerês”. -----

Com os dois elementos suprarreferidos já presentes na reunião, o senhor Presidente agradeceu o trabalho do senhor Eng.º Jerónimo Correia e da senhora Dr.ª Fernanda Simões na elaboração do roteiro do processo, que agora está completamente compilado em dossier. -----

Para um melhor esclarecimento dos membros de Executivo e com o objetivo de facilitar a sua tomada de decisão, no ponto 1 (um) da Ordem de Trabalhos foi apresentada pelo Sr. Eng.º Jerónimo Correia uma contextualização dos motivos que estão na génese da elaboração do Plano de Pormenor, como a seguir se transcreve: -----

“Aquando da construção da “Variante do Gerês”, mais concretamente do troço de ligação a Chã da Ermida, foram adquiridos os terrenos necessários para a execução da obra, através de negociações/expropriações amigáveis, nas quais ficaram ressalvadas para os proprietários determinadas contrapartidas, entre as quais a viabilidade de construção nos terrenos limítrofes à área cedida. -----

O Município comprometeu-se a proceder à elaboração de um loteamento que preconizaria a constituição de três lotes para edificações multifamiliares compostas por duas caves para estacionamento, dois pisos para comércio (R/C e 1.º Andar) e dois pisos para habitação (2.º e 3.º Andar). -----

O Município seria ainda o responsável pela execução das infraestruturas urbanísticas, assim como pela execução dos muros de contenção no tardo das edificações, acima da cota da cave das edificações (R/C). -----

Com efeito, apesar de terem decorrido mais de 20 (vinte) anos, o Município não aprovou a operação de loteamento para o efeito, nem executou as obras de urbanização. -----

O Plano Diretor Municipal em vigor, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 203, de 16 de outubro de 2015, na sua Carta de Compromissos, nela não inscreveu qualquer polígono/compromisso atinente a qualquer daqueles lotes. A Planta de Ordenamento I, publicada com o PDM em vigor, classifica tais prédios em Espaços Urbanos de Baixa Densidade, em solo urbanizável, que, de acordo com artigo 60.º do RPDM atribui um IU = $0,50\text{m}^2/\text{m}^2$ e um máximo de dois pisos acima da cota de soleira, o que inviabiliza o inicialmente preconizado para aquele projeto de loteamento, quer em termos de índice, quer em termos de número de pisos acima da cota de soleira. Neste sentido, o Município está impedido de proceder à aprovação da operação de loteamento nos termos em que tinha ficado acordado e bem assim de poder licenciar qualquer operação urbanística para aqueles lotes, com a capacidade construtiva que nele era preconizada. -----

Por todas estas razões, e considerando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal pretende encontrar uma solução definitiva que permita ao Município cumprir com as obrigações que assumiu aquando do processo expropriativo amigável levado a cabo com os anteriores proprietários dos terrenos, encetou uma série de diligências com os atuais adquirentes daquelas parcelas, com vista a concretizar uma solução que permita dar resposta aos anseios destes proprietários e, simultaneamente, suprir necessidades atuais e futuras de desenvolvimento urbanístico da Vila do Gerês, o que só será possível com a elaboração de um Plano de Pormenor para aquele local que contemple uma solução que possibilite: -----

- que nos lotes a atribuir aos interessados, tanto a área de implantação, como a de construção, dos prédios destinados a habitação, comércio e serviços não sejam inferiores àquelas que estavam previstas para cada um dos interessados aquando das negociações e expropriações efetuadas há mais de vinte anos; -----

- criação de uma praça de uso público que poderá ser a Porta de entrada no futuro Parque de Lazer Ribeirinho de Gerês Sul, até à zona da atual ETAR, a desmantelar; -----

- criação de uma zona de estacionamento que vem dar resposta aos constrangimentos de aparcamento existentes desde há vários anos na Vila do Gerês. -----

Para determinar as mais ou menos valias resultantes da nova proposta de Plano de Pormenor, foi acordado previamente com os interessados a contratação de um perito único da lista oficial de peritos do Ministério da Justiça, para proceder à avaliação do valor atual de mercado dos seus lotes (com as áreas usos e número de pisos configurados naquele loteamento) e o valor final – a avaliar pelo mesmo perito e seguindo o mesmo método de avaliação – que resultará da solução urbanística aprovada no âmbito Plano de Pormenor a elaborar, devendo aqueles compensar em dinheiro o Município nas situações em que o valor final da avaliação seja superior ao da avaliação anterior. -----

O Plano de Pormenor será executado através do sistema de cooperação e será elaborado e produzirá efeitos no prazo máximo de nove meses a contar da data da assinatura do contrato de planeamento. O Município deverá elaborar o projeto de execução das infraestruturas no prazo de um ano a contar da data de aprovação do Plano de Pormenor. Após a elaboração do projeto de execução das infraestruturas, que deverá ser efetuado em estreita articulação com os interessados, obriga-se o Município a concluir a sua execução até à aprovação pela Câmara Municipal dos projetos de arquitetura dos processos de licenciamento/autorização para construção nos lotes dos segundos outorgantes”. -----

Terminada esta intervenção, o senhor Presidente assegurou que a retoma deste processo se deve à iniciativa deste Executivo e, em concreto, à sua pessoa, tendo sustentado que este processo é importante, porque hoje há um olhar diferente para o Gerês, há outras infraestruturas e outra procura que não havia há 20 (vinte anos). -----

O senhor Vice-Presidente pediu a palavra, tendo corroborado o que o senhor Presidente disse, considerando que “a Câmara nunca avançou com nada, porque achou que a obra nunca iria avançar. Essa foi a sensibilidade da Câmara. Agora também há, da parte do

senhor Brás, vontade em resolver este assunto. Hoje o Gerês tem muita mais procura, mas, à sombra do Gerês, há muito mais turismo fora do Gerês do que nesse tempo”. ----

O senhor Eng.º Jerónimo retomou a palavra, tendo afirmado que “o senhor Presidente deu um passo significativo para resolver este assunto”. -----

O senhor Presidente agradeceu a presença dos técnicos superiores e o contributo dado com os esclarecimentos prestados. -----

Seguidamente, o senhor Presidente pediu que fosse chamado o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Paulo Antunes, para, relativamente ao ponto número 3 (três) da Ordem de Trabalhos, proceder à explicitação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

Com este Técnico Superior presente na reunião, o senhor Presidente agradeceu-lhe todo o trabalho realizado e solicitou-lhe que apresentasse ao Executivo as Contas do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

O senhor Dr. Paulo Antunes, servindo-se de um powerpoint, procedeu à apresentação detalhada da Execução Orçamental relativa ao ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), que apresenta os seguintes factos mais relevantes: -----

- Total do Ativo: € 41.823.002,64; -----
- Total do Património Líquido: € 34.480.122,75; -----
- Total do Passivo: € 7.342.879,89; -----
- Total de Rendimentos: € 11.477.715,99; -----
- Total de Gastos: € 13.850.035,50; -----
- Resultado Líquido do Exercício: € -2.372.319,51; -----
- Desempenho Orçamental: -----
- Saldos iniciais: o Operações Orçamentais: € 723.554,68; -----
- o Operações de Tesouraria: € 203.829,38; -----
- Recebimentos: -----
- o Operações Orçamentais: €14.447.778,33; -----
- o Operações de Tesouraria: €157.846,05; -----
- Pagamentos: -----
- o Operações Orçamentais: € 13.281.839,64; -----
- o Operações de Tesouraria: € 36.621,80; -----
- Saldos Finais: -----
- o Operações Orçamentais: € 1.165.938,69; -----
- o Operações de Tesouraria: € 325.053,63. -----

Propõe-se a remessa dos Documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação. -----

Terminada esta apresentação, o senhor Presidente agradeceu o trabalho dedicado do senhor Dr. Paulo Antunes e da sua equipa da Divisão Administrativa e Financeira na

elaboração e apresentação do Relatório de Contas de 2022 (dois mil e vinte e dois), estendendo este agradecimento ao senhor Dr. Cristóvão Carvalho, da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto, ao senhor Arq.º Manuel Martins, da Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, e ao senhor Eng.º Jerónimo Correia, da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, pelo trabalho desenvolvido pelos próprios e pelas suas divisões, tendo também referido todos os funcionários e colaboradores do Município. -----

De igual forma, dirigiu um agradecimento aos senhores Vereadores, ao Gabinete de Apoio à Presidência e a todas as entidades concelhias, nomeadamente Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, estruturas concelhias da Saúde, Agrupamento de Escolas e às empresas pelo trabalho desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal. -----

Sendo onze horas e cinquenta minutos e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----